

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 05/04/2016

- [Dados do IBGE mostram que exploração do trabalho infantil cresceu 4,5% em 2014](#)
- [Rio de Janeiro alcança 52 unidades de registro operando em hospitais](#)
- [Adolescentes são localizadas quase 24 horas após último contato](#)
- [RioMar recebe exposição da Unicef sobre educação](#)
- [HPV - unidades de saúde do Recife disponibilizam doses para adolescentes](#)
- [Ministério quer reduzir cesáreas, mas evita fazer restrições](#)
- [Presidente da Abraminj propõe a criação de órgão permanente da infância e juventude no 71º Encoge](#)

Assunto: Dados do IBGE mostram que exploração do trabalho infantil cresceu 4,5% em 2014

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 05/04/2016



A exploração da mão de obra infantil no país cresceu 4,5% em 2014 em relação a 2013, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2013, havia 3,188 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos de idade trabalhando e o contingente subiu para 3,331 milhões em 2014.



"As famílias estão, cada vez mais, utilizando crianças no trabalho infantil para complementação da renda", disse a administradora da Fundação Abrinq, Heloisa Oliveira Arquivo/Agência Brasil

Os dados fazem parte de uma publicação da Fundação Abrinq lançada hoje (5) que reúne os indicadores relacionados à infância e adolescência divulgados por órgãos oficiais no

Brasil. A ideia é, segundo a administradora executiva da fundação, Heloisa Oliveira, mostrar como os problemas envolvendo os jovens estão ligados entre si. "São coisas que vistas isoladamente podem não dizer nada, mas, de forma combinada, você enxerga áreas que precisavam receber atenção e desenvolvimento", disse.

No caso da exploração da mão de obra infantil, antes do aumento registrado em 2014, o número de crianças usadas como mão de obra vinha caindo. “O mais preocupante é que esses dados ainda não refletem a crise econômica que a gente está vivenciando”, disse Heloisa.

Para a administradora executiva, o dado do aumento do trabalho infantil é um indicativo de problemas interligados. “As famílias estão tendo mais dificuldade de se sustentar e estão, cada vez mais, utilizando as crianças no trabalho infantil para complementação da renda. É uma sinalização de vulnerabilidade social aumentando”.

Acesso a creches

Segundo o Ministério da Educação, em 2014, 25,7% das crianças de até 3 anos estavam matriculadas em creches Antonio Cruz/Arquivo Agência Brasil



A publicação da Fundação Abrinq também traz estatísticas compiladas no Cenário da Infância e Adolescência – 2016 que mostra que, segundo o Ministério da Educação, em 2014, 25,7% das crianças de até 3 anos estavam matriculadas em creches.

“Esse é um dado que é importante porque poderá levar a outros dados negativos. Uma família de vulnerabilidade social, em que a mãe precisa trabalhar para prover o sustento da família. Se ela não tiver um espaço protegido para deixar a criança, essa criança vai estar muito mais vulnerável a situações de violência”, disse Heloisa.

Para a administradora da Fundação Abrinq é especialmente importante dar atenção a essas situações neste ano, quando vão acontecer as eleições para prefeitos e vereadores. “Nas eleições municipais a gente escolhe o principal gestor das políticas públicas para infância”, diz. Segundo Heloisa, cabe ao Executivo Municipal viabilizar a maior parte das políticas públicas ligadas a educação e a saúde da infância. “É um ano importante da gente ter essas informações para refletir sobre isso e cobrar dos candidatos o que eles pensam em fazer a respeito dessas questões”.

Assunto: Rio de Janeiro alcança 52 unidades de registro operando em hospitais

Fonte: CNJ

Data: 05/04/2016



A Corregedoria-Geral da Justiça do Rio de Janeiro autorizou a transformação do posto de atendimento do hospital das clínicas de Teresópolis, vinculado ao serviço do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Distrito da Comarca, em Unidade Interligada. O ato segue provimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aviso da CGJ. A medida permite que recém-nascidos da maternidade sejam registrados no próprio hospital, nos primeiros dias de vida,

desde o último dia 21.

A Unidade Interligada emite certidão de nascimento já com Cadastro de Pessoa Física (CPF) da criança. Em breve, há possibilidade de o documento conter o número da identificação do registro civil (RG). Com o posto, o estado chega a 52 Unidades Interligadas em operação em hospitais. A previsão é que mais 25 novas unidades sejam instaladas nos próximos meses.

Para a Corregedoria, a instalação de unidades interligadas em maternidades evita que crianças deixem de ser registradas, além de agilizar o processo de documentação nas próprias maternidades. É mais uma ação focada na erradicação do sub-registro de nascimento, sendo certo que a ausência de registro civil ocasiona a exclusão social, restrições ao acesso à educação e à saúde, e prejuízos ao pleno exercício da cidadania. Os postos facilitam o registro, que é gratuito e um direito de todo cidadão.

Unidades interligadas - O programa foi estabelecido pelo Provimento 13 publicado pelo CNJ, em 3 de setembro de 2010, para viabilizar a emissão da certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos. O objetivo foi facilitar o acesso da população ao registro de nascimento, diminuindo o tempo entre o nascimento e o registro.

Em âmbito estadual, vigora a Lei 7.088/2015, que determina a instalação de Unidades Interligadas de registro civil de pessoas naturais nos estabelecimentos de saúde públicos e nos conveniados com

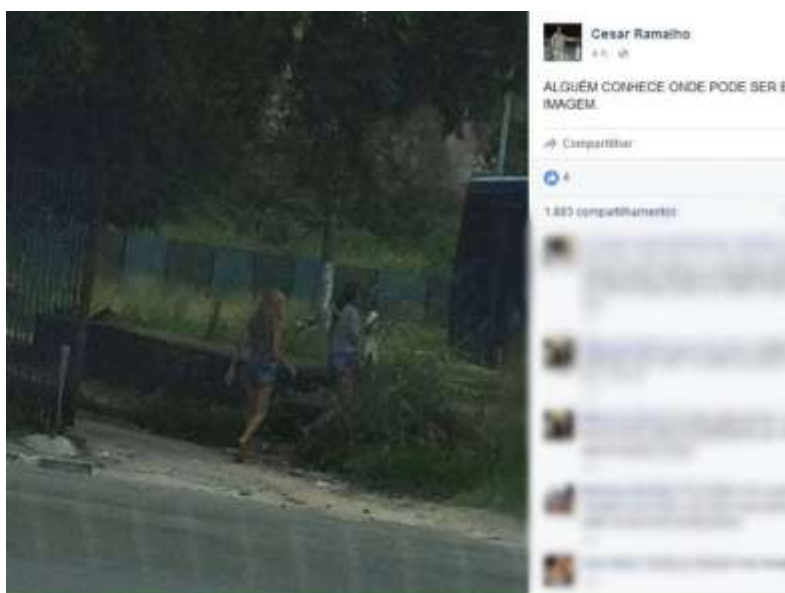
Assunto: Adolescentes são localizadas quase 24 horas após último contato

Fonte: Portal G1 PE

Data: 05/04/2016



Jovens foram vistas no bairro de San Martin, na Zona Oeste.
Meninas de 13 e 14 anos estão depondo no DPCA, com os pais.



**Imagem, compartilhada mais de 1.800 vezes em quatro horas, mostra
As jovens em um terminal de ônibus**

As duas jovens de 13 e 14 anos que ficaram cerca de 24 horas sem manter contato com os familiares, desde a tarde do domingo (3), foram localizadas nesta segunda-feira (4) por volta das 17h. No domingo, o **G1** entrou em contato com a mãe de uma das jovens, que preferiu não divulgar o ocorrido. O caso ganhou grande repercussão nas redes sociais.

As adolescentes disseram que iam fazer um trabalho do colégio na residência de uma terceira menina, que mora no bairro de San Martin, na Zona Oeste do Recife, onde foram vistas pela última vez.

As garotas foram levadas para a Delegacia do Espinheiro, na Zona Norte da capital pernambucana. Em seguida, foram com os parentes ao Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), onde prestaram depoimento ao delegado Ademir Oliveira.

O pai de uma das jovens postou nas redes sociais uma foto em que elas aparecem em um terminal de ônibus do Grande Recife. A imagem foi compartilhada, em quatro horas, mais de 1.800 vezes. No DPCA, nenhum dos parentes falou com a imprensa.

Depois dos depoimentos, o delegado informou que será preciso aprofundar as investigações. Oliveira disse também que as jovens estavam calmas e seguiram para fazer exames no Instituto de Medicina Legal (IML), em Santo Amaro, área central do Recife.

Assunto: RioMar recebe exposição da Unicef sobre educação
Fonte: Portal NE10 PE
Data: 05/04/2016



A exposição Vida em Jogo conta histórias de crianças brasileiras que diariamente enfrentam desafios para chegar à escola

O RioMar recebe a partir desta terça-feira (5), a exposição Vida em Jogo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A mostra interativa com entrada gratuita vai até o dia 17 de abril e conta histórias de crianças brasileiras que diariamente enfrentam desafios para chegar à escola.



Mostra gratuita vai até o dia 17 de abril

Na instalação, que é uma parceria com a Celpe e apoio do Riomar, os visitantes poderão interagir com realidades de crianças e ser os protagonistas do jogo que tem como objetivo mudar a vida de meninos e meninas que mais precisam

Uma das mais importantes missões da Unicef no Brasil é garantir que todas as crianças e adolescentes estejam na escola e com acesso a um ensino de qualidade. Para isso, o Fundo conta com o apoio de parceiros e cidadãos. Em 2014, a Celpe se tornou parceira do Unicef, com o objetivo de apoiar o Selo Unicef Município Aprovado, uma iniciativa do Fundo para melhorar os indicadores sociais que impactam a vida de crianças e adolescentes do semiárido

SERVIÇO:

O que: "Vida em Jogo" - Em parceria com a CELPE e apoio do Shopping RioMar Recife, UNICEF instala jogo que conta histórias de vida reais.

Quando: De 5 a 17 de abril

Onde: RioMar Recife, praça central, piso L1

Assunto: HPV - unidades de saúde do Recife disponibilizam doses para adolescentes

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 05/04/2016



A vacina faz parte do calendário vacinal do município e está disponível na rede durante o ano inteiro.

Meninas com idade entre 9 e 13 anos já podem procurar as unidades de saúde da família (incluindo Upinhas), as unidades básicas tradicionais ou policlínicas da Prefeitura do Recife para receber vacina contra o Papilomavírus Humano (HPV). A vacina faz parte do calendário vacinal do município e está disponível na rede durante o ano inteiro.



A vacina é segura e se trata da prevenção do câncer de colo de útero

As adolescentes que ainda não tomaram a primeira dose podem procurar as unidades das 9h às 13h; e aquelas que já tomaram a primeira dose serão atendidas das 9h às 11h.

Neste ano, a Secretaria de Saúde do Recife montou um esquema especial para o atendimento ao público-alvo. De janeiro a março deste ano, 2.704 meninas já foram imunizadas na cidade.

A vacina é segura e se trata da prevenção do câncer de colo de útero, doença que merece atenção. É importante que os pais ou responsáveis pelas meninas cumpram o que orienta o calendário de vacinação. A terceira dose será aplicada após cinco anos da primeira e a proteção só será garantida quando o esquema de três doses for completo.

O Papilomavírus Humano (HPV) é um vírus transmitido pelo contato direto com pele ou mucosas infectadas por meio de relação sexual. Também pode ser transmitido da mãe para filho no momento do parto. Estimativa da Organização Mundial da Saúde aponta que 290 milhões de mulheres no mundo são portadoras da doença, sendo 32% infectadas pelos tipos 16 e 18. O Ministério da Saúde orienta que mulheres na faixa etária dos 25 aos 64 anos façam o exame preventivo, o Papanicolau, anualmente. A vacina não substitui a realização do exame preventivo e nem o uso do preservativo nas relações sexuais.

Assunto: Ministério quer reduzir cesáreas, mas evita fazer restrições

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 05/04/2016

jornal do commercio

Dados indicam que 84% dos partos realizados na rede particular de saúde são feitos por meio de cesárea



Na rede pública, o porcentual de partos por meio de cesárea é de 40%

Depois de dois anos de discussão, o Ministério da Saúde publicou o protocolo com diretrizes para partos no País em uma versão esvaziada. O documento, que foi criado para tentar reduzir o alto número de cesáreas realizadas, não traz um dos pontos considerados mais polêmicos e, para defensores do parto normal, o mais eficaz: a restrição à cirurgia "a pedido".

"Decidimos tirar todos os pontos em que não havia um consenso", afirmou o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame. Ele observa que o assunto ainda é delicado e envolve vários pontos ligados à cultura do brasileiro. "Este é o primeiro passo. Procuramos mostrar que medidas são necessárias para reduzir o número de cesáreas no País, que há muito ultrapassou o limite da razoabilidade."

Dados indicam que 84% dos partos realizados na rede particular de saúde são feitos por meio de cesárea. Na rede pública, o porcentual é de 40% - um índice que vem crescendo ao longo dos anos. "A ideia do documento é retirar da cesárea a falsa ideia de que ela é inócua, de que ela pode ser glamourizada. Ela traz riscos para mãe, para bebês", afirmou.

A retirada da restrição da cesariana "a pedido" - feita quando não há nenhuma indicação médica para a escolha do procedimento - foi considerada uma tática por Beltrame. "A primeira tarefa do protocolo é divulgar informações sobre os riscos de cada parto. Se a mulher for informada, há a possibilidade de haver uma redução do número de cesáreas não necessárias."

Outro ponto polêmico retirado foi a dispensa da necessidade de um pediatra na sala do parto, como constava da primeira versão do texto, enviado para consulta pública. Na versão atual, o pediatra é considerado importante e somente pode ser dispensado em casos de extrema necessidade.

As regras preconizadas pelo documento não são obrigatórias. "O ideal, no entanto, é que profissionais procurem se nortear pelas orientações. Elas foram inspiradas em práticas consideradas importantes em outros países", afirmou.

Assunto: Presidente da Abraminj propõe a criação de órgão permanente da infância e juventude no 71º Encoge

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 05/04/2016



A proposta perante o Conselho Nacional de Justiça – CNJ de criação de estrutura administrativa permanente para articular as políticas públicas para a infância e juventude junto aos tribunais estaduais de Justiça brasileiros foi uma das pautas apresentadas às corregedorias pelo presidente da Abraminj, Renato Scussel, durante 71º Encoge - Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil, que aconteceu de 31/3 a 1º/4, em Cuiabá-MT. A questão foi documentada na Carta de Cuiabá, assinada pelos integrantes do Colégio ao final do evento.



Presidente da Abraminj, Renato Scussel, e corregedora nacional de Justiça, Nancy Andrighi

Scussel participou como palestrante, no dia 1º/4, do painel “Adoção Doméstica e Internacional: experiências e caminhos”, que contou com a coordenação do desembargador Gilberto Marques Filho, corregedor-geral de Goiás, e a presença do juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso de Luiz Octávio Saboia. Essa edição do Encoge teve por objetivo apresentar estudos e pesquisas, trocar experiências e discutir a temática “As Corregedorias e a Gestão da Jurisdição”.

Em sua palestra, Renato Scussel, que também é coordenador da infância e da juventude do Distrito Federal, apresentou dados e traçou um cenário do cadastro da adoção nacional e internacional no DF, que reflete a realidade de todo o Brasil. Em sua fala, o magistrado destacou que, embora o número de interessados em adotar seja superior ao de crianças e adolescentes aptos à adoção, a maior parte das famílias hoje habilitadas preferem acolher crianças, cujo o perfil destoa do perfil dos cadastrados. “Segundo dados do CNJ, cerca de 90% dos pretendentes da fila preferem crianças menores de três anos de idade, com saúde e sem irmãos. Contudo, a maioria das crianças já contam com mais de oito anos de idade e fazem parte de grupos de irmãos”, disse. O magistrado afirmou que a adoção tardia no Brasil cresceu, mas o número representa menos de 2% do universo das crianças e adolescentes cadastrados. “A situação se torna mais complexa em relação às crianças especiais do cadastro, que têm problemas de saúde. Nesses casos, a adoção é mais difícil”, ponderou.

Scussel convidou as corregedorias a refletirem sobre questões inadiáveis que devem integrar com urgência a agenda infantojuvenil, a exemplo da adequação e uniformização do rito

processual das ações de acolhimento institucional e dos procedimentos para a entrega pelas genitores de seus filhos para adoção, possibilidade prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para amarrar essas e outras temáticas, o presidente da Abraminj conclamou a parceria das corregedorias para a necessidade de criação perante o CNJ de um órgão central, permanente e articulador das políticas para a infância e juventude. A ideia foi abraçada pelo Colégio, que a incorporou como o enunciado nº 12 da Carta de Cuiabá, assinada pelos corregedores ao término do evento. Leia abaixo o documento.

Encoge

O Encontro de Corregedores é realizado a cada quatro meses pelo CCOGE, entidade que congrega corregedores do Poder Judiciário Estadual e do Distrito Federal. A finalidade do Encoge é promover o intercâmbio de ideias, contribuindo para a melhoria da qualidade e para a prestação mais uniforme dos serviços judiciários em todo o Brasil.

Este é o primeiro encontro promovido pela atual Comissão Executiva do Colégio, eleita em dezembro de 2015, que é composta pelos desembargadores corregedores Maria Erotides Kneip (presidente | MT), Eugênio Achille Grandinetti (1º vice-presidente | PR), Julizar Barbosa Trindade (2º vice-presidente | MS), Regina Célia Ferrari Longuini (1ª secretária | AC) e Gilberto Marques Filho (1º tesoureiro | GO).

Na cerimônia de abertura do evento, nesta quarta-feira, os corregedores e seus representantes foram recebidos pelo presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Paulo da Cunha, e pela corregedora-geral da Justiça de Mato Grosso e presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE), desembargadora Maria Erotides Kneip. A solenidade contou com a presença da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrigh, que presidiu o primeiro painel na manhã do dia 31/3, com a temática “Redescobrimos os Juizados Especiais”, com enfoque na entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil (CPC).